

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.019 , DE 2011

Acrescenta o art. 128-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para criminalizar a recusa dos genitores a submeter-se a tratamento médico que possa evitar a transmissão de doença infecciosa ao feto.

Autor: Deputado MANDETTA

Relator: Deputado LUCIANO DUCCI

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO

O Projeto sob exame, embora declare em sua justificacão que visa a estabelecer um equilíbrio entre o direito do nascituro e da mãe gestante e do pai, na verdade, acaba por criar uma indefensável intromissão do Estado na vida das pessoas.

Não há nenhuma hipótese que faça esse projeto, nem mesmo o substitutivo oferecido, vencerem as barreiras intransponíveis da inconstitucionalidade material e da injuridicidade.

A inconstitucionalidade é flagrante porque não há como obrigar alguém a se submeter a qualquer tipo de tratamento médico sem violar o princípio da intimidade e da incolumidade pessoal. Os Tribunais de todo o país têm jurisprudência firmada contra qualquer tipo de tratamento ou até mesmo exame médico realizado contra a vontade da pessoa. Tal situao  característica das ditaduras, onde a liberdade da pessoa e seus direitos e garantias fundamentais cedem a uma pretensa necessidade de o Estado regular a vida privada.

Não se pode conceber um Brasil em que os instrumentos do Estado obriguem as pessoas a tratamentos médicos, sob qualquer pretexto. A história está repleta de exemplos abomináveis desse tipo de postura jurídica, que está apenas um passo aquém de outras extremadas, que, ao longo do tempo, favoreceram verdadeiros genocídios em outros países.

A injuridicidade é mais do que flagrante, uma vez que o sistema não comporta tornar tipo penal um direito legítimo e inalienável do cidadão: o de ser o único que pode determinar o que ocorre com seu próprio corpo.

No mérito, em que pese a boa fé do autor da proposta, que pretende proteger a saúde pública, entendemos que o meio apresentado não atende ao fim buscado, uma vez que viola direitos básicos e garantias fundamentais.

Por todo o exposto, nosso voto é pela inconstitucionalidade, injuridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado AGUINALDO RIBEIRO